



Oliveira do Bairro câmara municipal

Anexo C

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por Consulta Prévia para “Serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal”



Oliveira do Bairro câmara municipal

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA “SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL”

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito e na sequência do procedimento que tem por objeto a aquisição de “Serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal”, nos termos das cláusulas que o integram, de acordo com as características e quantidades expressas no **Anexo E – Especificações Técnicas**.

Cláusula 2.^a – Prazo de execução do contrato

1. O prazo de execução da prestação de serviços objeto do presente contrato será 365 dias, com início no dia seguinte à data de adjudicação, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 3.^a – Preço base

1. Para os devidos efeitos, considera-se que o preço base é o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente caderno de encargos, sendo excluída a proposta apresentada com valor superior ao referido.
2. O preço base do presente procedimento é de **28.000,00 €** (vinte e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Oliveira do Bairro.
4. O preço base referido na alínea 2, ao abrigo do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, resulta da consulta preliminar ao mercado prevista no n.º 35.º-A do mesmo código.

Cláusula 4.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;



Oliveira do Bairro câmara municipal

- d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 5.ª – Obrigações Principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária, as seguintes obrigações principais:
- a) Prestar os serviços objeto de contrato de acordo com as características e quantidades que lhe for adjudicada, bem como a natureza e o fim a que os mesmos se destinam;
 - b) Responsabilidade por todos os danos causados à entidade adjudicante relativos a serviços efetuados e que resultem da ação ou omissões dos seus profissionais;
 - c) Execução do contrato de prestação de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal, de acordo com o definido no **Anexo E – Especificações Técnicas**;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização interna da entidade adjudicante, necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª – Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, no âmbito do presente contrato devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pelo adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas **MENSALMENTE** em nome da entidade adjudicante, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da encomenda e o respetivo número de compromisso.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas serão liquidadas através da emissão de cheque ou transferência bancária.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 7.ª – Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até perfazer 5% do preço contratual por cujo pagamento é responsável.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor de 5% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento, designadamente entre outros, os danos causados na imagem do Município.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

Cláusula 8.ª - Dever de sigilo e confidencialidade

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não podendo transmiti-las a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª – Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos e seus Anexos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal e vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base definido no convite do procedimento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver no âmbito do projeto, cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

Cláusula 10.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, pandemias, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento, pela entidade adjudicatária, dos deveres ou ónus que sobre ela recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;
 - d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte da entidade adjudicatária, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária, não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo, de igual modo, informar-se o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 11.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento das exigências legais ou das especificações definidas no presente caderno de encargos, e na proposta adjudicada;
 - b) Violação, de forma grave ou reiterada, de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato na parte a que disser respeito.

Cláusula 12.ª - Resolução por parte da entidade adjudicatária

O Adjudicatário pode resolver o contrato nos casos e termos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 13ª - Seguros

É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos aos bens objeto do contrato.

Cláusula 14.ª – Representantes das partes

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a outra parte para todos os fins associados à execução do contrato, assumindo o representante da entidade adjudicante as funções de gestor do contrato, nos termos do artigo 290º-A do CCP.
2. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 15.ª – Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.



Oliveira do Bairro câmara municipal

4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 16.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual da entidade adjudicatária dependem da autorização expressa e escrita da entidade adjudicante, nos termos do CCP.

Cláusula 17.ª – Reservas

1. O Município de Oliveira do Bairro reserva-se o direito de, em qualquer momento e até à decisão final, interromper o processo de adjudicação objeto do contrato, suspendendo-o ou anulando-o, desde que por razões de interesse público, económico, social ou processual o justifiquem.
2. Não haverá lugar à adjudicação nos casos previstos no artigo 79.º do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, identificados no contrato, por escrito.
2. A alteração de qualquer dos elementos do contrato de uma das partes deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 19.ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 21.ª - Legislação aplicável

Em tudo quanto estiver omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como no Código do Procedimento Administrativo e na demais legislação portuguesa aplicável.

Município de Oliveira do Bairro, 04 de dezembro 2024

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO D

Modelo de declaração do Adjudicatário

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Anexo ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro que aprovou o CCP (Código dos Contratos Públicos) na sua redação atual]

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), ____ de _____ de 202__

_____ [assinatura (5)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5). Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º CCP.